

OS DIREITOS TERRITORIAIS QUILOMBOLAS

ALÉM DO MARCO TEMPORAL

Coordenadores
Antonio Carlos Wolkmer
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega

© by Antonio Carlos Wolkmer, Carlos Frederico Marés de Souza Filho,
Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega

Editora da PUC Goiás
Rua Colônia, Qd. 240-C, Lt. 26-29
Chácara C2, Jardim Novo Mundo
Cep. 74.713-200 – Goiânia – Goiás – Brasil
Secretaria e Fax 62 3946-1814 – Revistas 62 3946-1815
Coordenação 62 3946-1816 – Livraria 62 3946-1080
www.pucgoias.edu.br/editora

Comissão Técnica

Biblioteca Central da PUC Goiás

Normalização

Karila Aparecida de Oliveira

Revisão

Humberto Melo

Editoração Eletrônica e Arte Final de Capa

Liana Amin Lima da Silva

Foto de Capa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GO, Brasil

D598 Os direitos territoriais quilombolas: além do marco territorial/ Coordenadores, Antonio Carlos Wolkmer, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega.-- Goiânia : Ed. da PUC Goiás, 2016. 196 p.; 22 cm

ISBN:978-85-7103-939-1

Inclui bibliografias

1. Comunidades de escravos fugitivos. 2. Quilombolas.
3. Quilombos - História - Brasil. 4. Política e governo.
5. Direito agrário. I. Wolkmer, Antônio Carlos. II. Souza Filho, Carlos Frederico Marés de. III. Blanco Tarrega, Maria Cristina Vidotte. IV. Título.

CDU: 326

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem escrita permissão do editor.

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

7	O QUE SÃO OS QUILOMBOS?
17	RELATO SOBRE A REALIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL
25	OS KALUNGAS; POR UMA KALUNGA
31	INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL, PLURALISMO JURÍDICO E A QUESTÃO QUILOMBOLAUMA ABORDAGEM DESCOLONIAL E INTERCULTURAL DO DECRETO Nº 4.887/2003 E DA ADI 3239
55	MARCO TEMPORAL COMO RETROCESSO DOS DIREITOS TERRITORIAIS ORIGINÁRIOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS
85	INCONSTITUCIONALIDADE DO MARCO TEMPORAL COMO REFERÊNCIA HISTÓRICA PARA A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO QUILOMBOLA
105	QUILOMBOLAS, LUTA POR TERRA E QUESTÕES RACIAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
125	A ODISSEIA JURÍDICA PARA A PROTEÇÃO DAS TERRITORIALIDADES: O TERRITÓRIO KALUNGA
149	O OUTRO LADO DA HISTÓRIA QUE NÃO FOI CONTADO: A CAPACIDADE DE REFUNDAÇÃO DO SENTIDO DA POLÍTICA NO BRASIL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS

OS KALUNGAS; POR UMA KALUNGA

Vercilene Francisco Dias²

O povo Kalunga surgiu das lutas de pessoas que foram escravizadas, contra a repressão e o meio de dominação colonialista presentes no Estado brasileiro, durante o período de colonização e expansão das colônias portuguesas e após a independência do Brasil. Até os dias atuais residem suas marcas, sejam pela repressão do Estado ou por meio de preconceitos e do racismo presentes na sociedade brasileira.

Os kalungas, ou Comunidade Quilombola Kalunga, é uma população composta por negros fugidos que resistiram ao processo escravagista e alforriado, libertos que se juntaram e formaram, por volta de 1722, o Quilombo Kalunga, localizado geograficamente na região noroeste do Estado de Goiás, distribuída em três municípios, sendo eles: Monte Alegre, Teresina e Cavalcante, em um território com mais de 263 mil hectares, com aproximadamente oito mil habitantes, cerca de 600 famílias cercadas por morros, serras e vãos às margens do Rio Paranã e seus afluentes. Isso facilitou, (mas nem tanto) a nossa subsistência e levou os nossos antepassados a fugirem para essa região. Eles trouxeram consigo seus saberes, alguns grãos, galinhas e cavalos, conseguidos como forma de pagamento pelos anos de trabalho não remunerado, e a esperança de uma vida melhor. Vivendo ali, isolados, seu meio de sobreviver era plantar e colher seu próprio alimento, usando o que a natureza lhes oferecia e a terra. Apesar de não ser um terreno muito fértil, plantavam tudo que se pudesse produzir, prosperar e servir para consumo ou troca, criavam galinhas e caçavam; “foi o único meio de garantir nosso sustento e matar a fome dos que ela tinha”, como dizia meu bisa.

² Bacharelada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora de Iniciação Científica do CNPq.

O processo de reconhecimento do território foi um trabalho árduo que se iniciou por volta de 1982, tendo como grandes protagonistas, nessas lutas iniciais, mulheres kalungas, a exemplo de Dona Procópio, uma das grandes líderes comunitárias e detentora de grandes saberes, juntamente com os estudos da antropóloga Mari de Nasare Baiocchi, professora da Universidade Federal de Goiás, com o início do projeto Kalunga povo da Terra, no município de Monte Alegre, e seu Santino dos Santos Rosa, que foi o primeiro do município de Cavalcante a sair em busca de melhorias para a comunidade. Após muitas lutas pelo reconhecimento, pela delimitação e demarcação de nosso território, no ano de 1991 o Estado de Goiás reconheceu o território Kalunga como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, sendo, em 2000, certificado pelo governo federal como Comunidade Remanescente de Quilombo.

O certo é que, durante esse tempo e até os dias atuais, a luta do povo Kalunga foi sempre focada no direito ao território, de resguardar um valor que é nosso por direito e que está, e sempre esteve, ligado às nossas raízes e à sobrevivência, como dizia meu bisa: “mia neta nois lutó para escapar da escravidão agora quela acabô, nois tem que lutar pela nossa terra, porque sem ela não temo como viver”.

De certo, meus antepassados, desde a formação do Quilombo Kalunga, sempre prezaram pela sobrevivência e proteção de nossas terras, e podemos observar isso até hoje pela formação e organização. As famílias kalungas se organizam por núcleos, e isso foi uma forma estratégia que nossos antepassados encontraram para se proteger contra os Capitães do Mato, que vinham à procura dos fugitivos e também de proteção do território contra intrusos. Procuramos distribuir, em pequenos pontos estratégicos, os mais novos na linha de frente, depois os mais velhos e, em seguida, outros novos. Por exemplo: filhos ou netos instalados na linha de frente, depois avós protegidos, filhos e netos, para, no caso de sermos descobertos ou haver uma invasão no território, o mais novo (o filho ou o neto) poder correr para notificar os demais que estivessem mais protegidos. Esse tipo de formação existe até hoje em alguns núcleos de famílias, po-

rém, esse meio de organização não impediu a intrusão de fazendeiros grileiros e coronéis em nosso território. Para as antigas e atuais lideranças, a terra sempre foi alvo de muitas disputadas por garimpeiros e fazendeiros que sempre tentaram se apropriar do território, comprando áreas ilegalmente e até mesmo se apropriando destas indevidamente. Lembro-me ainda de certo coronel e seus capangas que iam à minha casa notificar meus pais de que tínhamos que sair de suas terras. Como assim? As terras eram nossas! Minha mãe chorava olhando para nós e perguntava para meu pai: “Onde vamos morar com nossos filhos? Nós podemos ficar em qualquer lugar, mas, e os meninos?”. Meu pai respondia: “Vamos morar aqui, ele não vai tirar o que nossos antepassados nos deixaram”.

Quando se iniciou o processo de identificação e demarcação do território Kalunga, onde moramos, e começou a aparecer o pessoal medindo e demarcando as terras, lembro que meu avô colocava eu, meus irmãos e primos para irmos tirando os troncos que eles fincavam no chão, pois a estrada tinha chegado. Muitos questionamentos foram levantados, e havia medo de perder o que nossos antepassados nos passaram e que era nosso único meio de sobrevivência, como disse Dona Procópia: “a chegada da estrada era a ligação entre nosso mundo e um mundo desconhecido”. Esse mundo a maioria da comunidade desconhecia. Alguns vizinhos até se esconderam e passaram a morar nas suas plantações de roça, com medo de serem capturados para o trabalho forçado. Porém, depois de algum tempo, percebemos que eles não eram do mal, estavam ali para nos ajudar, o que poucos faziam, e perceberam que não éramos selvagens. Passaram até a ir à nossa casa, pediam para minha mãe cozinhar para eles e ao coronel e a seus capangas para nos deixar em paz.

Quando se fala em povos Kalungas, não estamos falando só de pessoas ou da população, mas de um conjunto, de território (população, terras, culturas, saberes, modo de vida etc.), e foi esse conjunto que nos manteve vivos até os dias atuais. Então, a luta pela proteção de nosso território não foi só por ter um pedaço de chão, mas pela sobrevivência, pois, para uma população que viveu e vive pratica-

mente de uma agricultura de subsistência, a salvação era plantar tudo o que podia nascer e prosperar, sobreviver de uma cultura, que nos permitiu conservar nosso modo de vida tradicional, nossa identidade própria e nossas próprias normas, pois, para nós, a terra não possui apenas uma função social, mas também uma cultural.

Ali, isolados, vivemos por centenas de anos, arraigados no seio da natureza de uma forma diferente, preservando o que ali se encontrava e que podíamos todos os dias usar para curar nossos males. São várias famílias dentro de um mesmo território coletivo e houve muito esforço dos kalungas para preservarem e permanecessem lá. A plantação das roças no território Kalunga é feita numa lógica sustentável de pequena escala, sem recorrer a agrotóxicos ou a outros produtos industriais. Normalmente é utilizado, durante três ou quatro anos, o mesmo terreno e, tempos depois, a terra é deixada para repousar mais ou menos de seis a oito anos, até que o mato volte a reequilibrar os níveis de nutrientes na terra. Nas roças são cultivados arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora, batata doce, banana, cana, taioba, algodão, gergelim, amendoim, feijão andu, feijão de corda, quiabo, maxixe, melancia, jiló; a maior parte das sementes foi passando de geração em geração, com a utilização de técnicas sustentáveis de origem indígena. Isso permitiu que vivêssemos em equilíbrio com a natureza, contribuindo, assim, para a preservação de nossas matas e de uma cultura fortemente ligada ao uso da terra e de plantas medicinais, além da criação de galinhas, porco, gado, e da pesca e caça. Os kalungas têm investido muito e buscado apoio para desenvolver técnicas de colheita, conservação e produção, com a agricultura, o cultivo de frutos do cerrado, a produção de doces e outros derivados para consumo, troca ou venda para aferir renda.

Hoje o território ou Sítio Histórico Kalunga é considerado a maior comunidade de remanescentes de quilombos do Brasil, umas das primeiras a ser reconhecida pelo Estado brasileiro como tal. Divide-se em quatro grandes núcleos principais, Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois e Contenda. Porém, apesar de ter seu território demarcado, seus títulos não foram devidamente emitidos pelo INCRA, pelo fato de existir fazendeiro dentro do território. Às

vezes me encontro fazendo os mesmos questionamentos ao grande líder comunitário Vilmar Sousa Costa. Assim, percebemos o quanto nós ainda somos desvalorizados nesse País, que tem como predominância, na sua formação, o povo negro, que foi chicoteado, amarrado, marcado e massacrado na construção de belos monumentos históricos do nosso Brasil. Neste sentido, podemos questionar se este país é nosso mesmo. Para nossos antepassados, a nossa trajetória foi fugir para a liberdade e o território onde vivemos até hoje.

A luta do povo Kalunga, desde o início da formação do Quilombo Kalunga pelos nossos antepassados até os dias atuais, sem dúvida, sempre foi pelo reconhecimento definitivo da propriedade de nossas terras, direito reconhecido em nossa Constituição Federal de 1988, em seu art. 68, Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 4.887 de 2003. Este atribui competência para realizar os procedimentos ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e assim o fez, em 2009, regulamentando, por meio da Instrução Normativa nº 57, os procedimentos de regulamentação, identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Porém, até 2014, apenas 31 mil títulos tinham sido de fato entregues aos kalungas, sendo que o que temos até hoje é apenas o direito de posse, o que não garante à população as garantias e condições da propriedade definitiva. É de fato muito perturbador conviver com os riscos de perder o lugar onde você nasceu, cresceu e vive, ou seja, sua casa, o único lugar em que se tem paz interior, o melhor lugar do mundo e o primeiro para onde você pensa em ir quando chegam as tão sonhadas férias, onde estão fincadas as raízes de um povo sábio, passado de geração em geração, onde você pode viver ao ar livre, ficar em frente a casa até muito tarde da noite, ouvindo histórias de nossos antepassados, contos e experiências vividas, dividindo o que foi e o que está bom e ruim, onde nos reunimos com os amigos e parentes para cumprirmos com nossa devoção por meio da fé, que se renova todos os anos nas nossas festas tradicionais. Muitos não sabem como

é, mas podem até imaginar. Não há como saber se nunca lutou, sentiu, viveu ou passou pelo que passamos.

Histórias vividas, sonhos árduos de se realizar, mas quanto mais são difíceis a caminhada e os obstáculos enfrentados, mais há força de vencer, porque a cada obstáculo vencido é inexplicável a sensação. Talvez sejam esses obstáculos, a força, coragem e persistência de um povo unido no passado como no presente, que nunca desistiu, mesmo passando pelo que passamos, e a busca por um sonho ainda não realizado que me fazem ter forças para não desistir. E, ainda, os amigos encontrados pelo caminho, que dão apoio e força em um momento de quase desistência. Atribuo isso à minha persistência, ou, como diz o meu primo, “essa sua cara dura vai te levar até o limite”, pois é esse limite é pleno e não tem coisa melhor do que conquistar uma coisa árdua, chegar em casa e dizer: “Kalungas, conseguimos!”. Foi assim quando passei no vestibular. Eu sou a nova geração de milhares de kalungas de hoje e de amanhã, pois o que faço hoje deixa marcas para o futuro e, apesar de não ser responsável, carrego comigo a responsabilidade de cuidar daqueles que me deram forças e coragem, que resistiram e lutaram por mim, o “Kalunga”, lugar sagrado, de proteção.